

ORGANIZADORES

Cybele C. de Almeida

Wagner S. Feloniuk

Alfredo de J. Flores

Gerhard Lubich

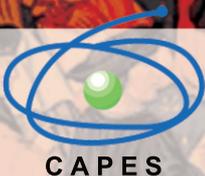
Anderson Z. Vargas

Violência e Poder:

reflexões brasileiras e
alemãs sobre o medievo
e a contemporaneidade

Violence and Power: Brazilian and
German reflections on the Middle
Ages and contemporaneity

2ª EDIÇÃO



PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA



VIOLÊNCIA E PAZ: UM DIÁLOGO COM O PASSADO MEDIEVAL

Néri de Barros Almeida*

Seria bastante imprudente se os medievalistas se desinteressassem totalmente pelos usos políticos, memorialísticos e sociais do medievalismo.

Patrick BOUCHERON, Plus moderne
qu'on ne croit!, in: L'Histoire, 428 (2016), p.35.

* Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: neri@unicamp.br

I.

Entre os séculos XVI e XIX o progresso científico, pautado pela valorização da positividade do mundo¹ e ainda livre do constrangimento de uma modalidade única de demandas, comportava doses de altruísmo. Mesmo que idealizado, havia um discurso socialmente reconhecido de compromisso da ciência, e do cientista, com o desenvolvimento humano. Esse modelo científico foi radicalmente alterado a partir da segunda metade do século XIX quando parte substancial da ciência passou a estar subordinada ao sistema produtivo, reduzindo-se a tecnologia de mercado.² O resultado é um mundo tecnológico, em que a coisificação marca a abordagem que fazemos de quase tudo, se tornando uma espécie de elemento constitutivo de nossa racionalidade. Essa particularidade de nossa cultura potencializa uma relação triangular constituída por uma técnica que promove simultaneamente convulsão social e acesso a instrumentos de violência. Promove a convulsão social pelos efeitos que tem, por um lado, sobre o sistema de trabalho mundial e, por outro, sobre o meio ambiente potencializando conflitos regionais e internacionais por recursos. E promove o acesso a instrumentos de violência por meio da incorporação completa da técnica no sistema de mercado. A perspectiva é que nos próximos anos aumente a movimentação de populações desalojadas por guerras e por catástrofes naturais. Essas mudanças por sua vez, em um sistema de trabalho cada vez mais especializado e

¹ Podemos dizer que o conhecimento anterior - que, apenas equivocadamente podemos chamar de pré-científico, uma vez que não pretendia nenhum compromisso da ordem do que entendemos por ciência – se caracteriza por ser, em sentido amplo, filosófico. Sua questão fundamental é a compreensão do ser de tudo o que há no universo. Na Idade Média, a concepção fundamental de uma divindade criadora de todas as coisas impõe o conhecimento de Deus como condição para a compreensão da natureza do ser. Daí na Idade Média o conhecimento sistemático, ou a filosofia, se manifestar como teologia.

² O escritor argentino Ernesto Sábado (1911-2011), abandonou uma carreira brilhante como físico para se dedicar às letras. Nesse ofício, reservou parte de sua atuação para a crítica da sociedade tecnológica e a servidão política e econômica da ciência. Em entrevista concedida em julho de 1987 a Carlos Catania afirma: “Certamente se ouvirá a cada momento que nosso tempo é o tempo da técnica, da ciência, das viagens à Lua. Os que seguem pensando dessa maneira são espíritos do século XIX que sobrevivem em nossos dias sem compreender que assistimos ao ocaso desta civilização que tanto nos deslumbra. Não compreendemos que enquanto norte-americanos e russos fazem viagens siderais, o homem entrou na crise mais violenta de toda a sua história. E a coisificação do ser humano que trouxe todo o progresso científico nos conduziu à mais desesperadora e angustiante crise da humanidade.” Ernesto SÁBATO, *Entre o sangue e as letras. Conversas com Carlos Catania*, Campinas: Editora da Unicamp, 2015, p. 61-62.

competitivo, tendem a alimentar o radicalismo conservador seja ele nacionalista, xenófobo, racista ou fundamentalista.³

A Idade Média desapareceu e pouco daquilo que aprendemos com ela, pode ser aplicado ao mundo em que vivemos. No entanto, algumas dessas experiências merecem ser lembradas, sendo a mais geral e eloquente delas, a certeza da mudança.⁴ Lição nada desprezível quando nos encontramos presos ao paradoxo civilizacional constituído pela coincidência entre um novo apogeu técnico-científico e o fim da confiança no discurso que professava o caráter benéfico da modernidade. O campo técnico-científico ligado à produção acena com o duplo mito do desenvolvimento ilimitado e do controle humano sobre a natureza. Ao mesmo tempo, dados marginais, nos mostram a distância enorme a que nos encontramos desse controle a sobre nossa ignorância a respeito das consequências das ações humanas sobre o mundo físico.⁵ Observamos o desamparo ético em que as novas tecnologias, que mobilizam o essencial das forças científicas de nosso tempo, têm sido desenvolvidas. Não se trata, portanto, de uma crise da ciência, mas da própria sociedade que, desprovida de uma ética comum, se desinteressa tanto pela política que

³ Uma síntese atualizada dessa problemática pode ser encontrada na obra de Luiz MARQUES, *Capitalismo e colapso ambiental*, Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

⁴ Nesse quesito a Idade Média oferece um exemplo bastante particular, pois, diferentemente de outras civilizações, que desapareceram porque submetidas por outras, devastadas por acidentes naturais ou por crises internas, seu desvanecimento – evidente – não se deu na forma de ruptura. Este ocorreu de maneira endógena e sem crise. Embora teses sobre a crise do século XIV possam justificar esse desaparecimento, tal crise não atingiu todas as regiões igualmente e não foi verdadeiramente catastrófica. Podemos vê-la como um elemento catalizador de mudanças, mas não como um fator de ruptura civilizacional. A Idade Média transformou-se lentamente a partir do desenvolvimento de forças materiais e filosóficas internas que deram origem a uma civilização baseada em princípios diferentes daqueles que foram hegemônicos entre os séculos V e XV. Parte dessas mudanças decorre, por exemplo, dos debates coordenados pelo papado em torno de matérias jurídicas a partir do século XII. Se com eles não chegamos ao final da Idade Média, temos, porém, o desenvolvimento de controvérsias que colocam à prova o sistema de ideias e valores dominante. A este respeito veja-se Kenneth PENNINGTON, *Popes, Canonists, and Texts 1150-1550* (Collected Studies Series 412), Aldershot: Variorum, 1993 e Clarence GALLAGHER, *Canon Law and the Christian Community*. Roma: Università Gregoriana Editrice, 1978.

⁵ Edward O. WILSON, *Diversidade da vida*, São Paulo: Cia. das Letras, 2012, p.167, traz um exemplo eloquente sobre a maneira desproporcional como se desenvolve o conhecimento e sobre os perigos do progresso irrefletido da técnica. Se, conhecemos a proporção de estrelas que existe em uma galáxia, quantos genes há em um vírus, qual a massa de um elétron, desconhecemos quantas espécies de organismos existem na terra. Deste número desconhecemos até mesmo a ordem de sua magnitude: 10 milhões? 100 milhões?

modela a técnica quanto pela destruição que esta pode aprimorar.⁶ No entanto a história nos mostra que existimos no horizonte da mudança, que é uma espécie de entroncamento de possibilidades. O que haverá do outro lado, que chamamos futuro, decorre do resultado de muitas escolhas. As mentes contemporâneas hoje podem, por exemplo, escolher entre a valorização radical da vida humana ou seu desprezo – retomando, por exemplo, a ideologia pseudo naturalista do mais forte.⁷ Ponto de vista segundo o qual a violência trouxe o homem, em permanente competição com o meio-ambiente, com outras espécies e com outros homens, ao estágio de desenvolvimento e bem estar de que desfruta atualmente, sendo natural que o “espaço vital” continue a ser herdado pelos “mais aptos”, ou seja, pelo mais fortes.⁸

Nesse contexto a ideia de Idade Média hegemônica no sistema de comunicação pode ser reconfortante na medida em que parece confirmar uma natureza violenta do homem. A Idade Média seria o momento mais próximo em que essas forças atávicas teriam se revelado de maneira plena face ao ocaso de poderes fortes, representados respectivamente pelo Império Romano e pelo Império Carolíngio. Não espanta que essa visão do período também arraste consigo signos de irracionalidade e primitivismo.

⁶ Dois exemplos são a engenharia genética – voltada para o homem e para a natureza - e a inteligência artificial – tanto em experimentos avançados quanto na interatividade cotidiana.

⁷ Há inverdades nesse ponto de vista a começar pelo fato de que, como mostra a sociobiologia, a força decisiva que garantiu a sobrevivência e desenvolvimento de nossa espécie foi a cooperação altruísta (veja-se a síntese apresentada por Edward O. WILSON, *A conquista social da terra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013), aliás, tal como registram algumas pinturas rupestres nas quais vemos grupos de homens esguios e pequeninos encurralando animais muito maiores, mais fortes e, às vezes, em maior número (o sítio arqueológico do Parque Nacional da Serra da Capivara contém alguns exemplos <http://www.fumdham.org.br/>) ou mesmo nossas aprimoradas práticas voltadas para os membros mais vulneráveis da espécie, que descobrimos, vale à pena para o grupo preservar. O antropólogo Darcy Ribeiro costumava se mostrar preocupado com a diminuição da diversidade humana. Segundo ele, cada povo que desaparecia do planeta era uma opção de sobrevivência de nossa espécie que desaparecia, soçobrando com ela também chances das demais. Uma síntese de seus pontos de vista pode ser encontrada nas entrevistas que concedeu. A este respeito veja-se Darcy RIBEIRO. *Encontros*. Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

⁸ Timothy SNYDER, *Terra negra. O holocausto como história e advertência*, São Paulo: Cia. das Letras, 2016, p.15-45, apresenta a importância da relação entre o conceito de “espaço vital” e a indistinção entre “política e natureza” e entre “humanidade e luta” no pensamento nazista.

Embora a humanidade não tenha conhecido uma época que se pudesse qualificar como não violenta, a Idade Média é imaginada como um momento em que a violência perpassou todos os âmbitos da experiência social mostrando-se um elemento decisivo de sua identidade. Época marcada pela força das armas mantidas por autoridades informalmente estabelecidas, únicas responsáveis por fixar os limites de sua potência dominadora. A perigosa convicção, que aos poucos vai se impondo, de que a violência é uma saída natural, aceitável para os conflitos e, mais grave, a de que ela pode ser a primeira resposta a um conflito – pensemos no diálogo de surdos que se desenvolve no momento entre o presidente dos Estados Unidos da América e da Coreia do Norte, com o apoio, ao menos no primeiro caso, de milhões de eleitores – e a reafirmação na cultura de uma Idade Média de violência ilimitada⁹ talvez apontem, que estamos entrando em uma zona de perigo e que é hora de reconsiderar nossos pontos de vista, a começar pelo desejo de ver emergir um poder em que depositemos sonhos – maduros e infantis – de um mundo organizado e seguro que permita que nos retiremos para nossas vidas e interesses privados.

Se no senso comum, ou como preferem alguns hoje, no “medievalismo”¹⁰ houve um tempo em que violência medieval era vista como sinal de uma falência política e social distante, à qual cumpria denunciar e conhecer para evitar – como aconteceu durante o século XIX – hoje ela também é evocada como uma forma de projetar no passado distante nosso gosto pela violência e evitar que nos reconheçamos como parte violenta de um mundo violento.¹¹ Vivendo em cidades degradadas,

⁹ A série televisiva *Game of Thrones* não é o único produto recente da cultura de massa em que a estética medieval aparece de forma mais ou menos pronunciada para fortalecer a construção ficcional de um mundo violento. *Game of Thrones*, no entanto, é um caso extremo na medida em que todo o enredo está concentrado na permanente ampliação dos limites de violência e onde a ambientação medieval – seja ela história ou fictícia – é decisiva.

¹⁰ Tommaso di Carpegna FALCONIERI, *Médiéval et militant. Penser le contemporain à travers le Moyen Age*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2015, p.15, distingue “Idade Média”, “história medieval” e “medievalismo” “O ‘medievalismo’ é um conceito que define a representação, a recepção e o uso pós-medieval da Idade Média em todos os seus aspectos, dos *revivals* até suas atualizações políticas.”

¹¹ Recentemente a BBC Brasil publicou matéria sobre reuniões “vikings” na Inglaterra e Polônia <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41561320>, consultado em 14 de outubro de 2017. A reportagem se concentrava no fato de que muitos dos envolvidos eram pessoas que - por circunstâncias privadas relacionadas à índole violenta ou ao fato de terem sofrido violência - se beneficiavam social e psicologicamente do grupo por exercerem ali sua violência de forma controlada, ou seja, em uma sociedade de

afastados do poder, simultaneamente informados e isolados por um sistema de comunicação digital, esperamos impacientes por mecanismos de resolução rápida de conflitos sejam eles sociais, políticos ou bélicos qualquer que seja o custo.

As duas Grandes Guerras foram devastadoras, mas seu poder de destruição não chegou a comprometer de maneira irreversível os sistemas de recuperação, ou seja, a biosfera foi mantida fundamentalmente íntegra. Para o retorno a níveis adequados de vida foi bastante a aplicação de energias humanas e de recursos naturais. Durante a Guerra Fria, o poderio bélico fatal, encontrava-se imerso em um único conflito ideológico. A polarização resultante simplificava enormemente a negociação e, a deflagração temida, que podia ter destruído as condições de vida no planeta, não aconteceu. Hoje, a ameaça nuclear provém de diferentes estados e não está circunscrita a um tipo específico de ideias ou interesses, o que torna sua administração muito mais difícil. No entanto, se somam aos riscos das armas nucleares os estragos em curso por conta do controle de material bélico pesado por grupos não governamentais.¹² O aperfeiçoamento e a difusão (horizontal e vertical) da tecnologia no modelo em vigor hoje, ou seja, à revelia de uma ética verdadeiramente humanista, pacífica e democrática ameaçam destruir os sistemas de recuperação da vida num nível em que é impossível garantir qualquer reversão. Esse quadro parece nos levar a um círculo vicioso constituído por exploração humana e ambiental, violência bélica e violência política.

II.

O conhecimento do passado não permite estabelecer prognósticos seguros sobre o futuro, mas nos oferece elementos para reflexão. É evidente que a presença humana no planeta nunca foi tão ameaçadora, mas também é certo que nunca antes na história tivemos tantos recursos

violência, mas também de rigoroso código de conduta. Observa-se aí uma recusa à organização militar moderna, sem a recusa ao militarismo, em favor de uma idealização do contexto medieval onde a violência pode ser expressa de forma ao mesmo tempo pessoal e natural e onde o limite para seu exercício é estabelecido por um grupo identitário restrito. Estaríamos observando aqui um retorno à afirmação da positividade da Idade Média nos moldes daquela apresentada pela historiografia europeia pró-germânica anterior à segunda Grande Guerra em que se atribuiu à violência bárbara poder civilizacional revigorante?

¹² Eric HOBBSBAWN, *As nações e os nacionalismos no novo século*, in: *Globalização, democracia e terrorismo*, São Paulo: Cia. das Letras, 2014, p.86-89.

contra essa ameaça: a comunicação de massa e a tecnologia, acima aludidas, entre as forças da destruição podem ser decisivas na necessária mudança do atual padrão de desenvolvimento e poder. Também há na história recursos poderosos menos evidentes. Um deles é a crítica à violência militar que se instalou na cultura ocidental a partir da destruição causada pelas duas Grandes Guerras que, em linhas gerais, marcaram um retrocesso em relação aos mecanismos de resolução pactuada de conflitos até então em vigor. Essa crítica não é dominante, nem homogênea, mas pode vir a ser decisiva. Hoje, essa potência da cultura¹³ passa por um recuo forçado pela onda de nacionalismo manifesta na xenofobia e no retorno de convicções populistas que demandam de um poder que se apresenta como forte e ordeiro a capacidade de colocar a sociedade na rota dos valores nacionalistas, excluindo tudo que pode ser facilmente enquadrado – mesmo que de forma fraudulenta e farsesca - pelo estigma da externalidade, da desordem ou da diferença.

Mas há potências da história que não se manifestam diacronicamente, resultando antes dos usos que se faz do passado. O problema da violência nos põe diante de um daqueles momentos em que a superada e longínqua Idade Média manifesta sua capacidade de diálogo com o presente. Se isso é possível, deve-se ao fato de que a memória dos dados históricos que chega às pessoas por meio da difusão da historiografia informa opiniões e julgamentos presentes. Assim, compreender de forma mais profunda a violência na Idade Média afeta parte dos recursos históricos por meio dos quais reagimos à violência.

Há duas formas de abordar a violência na Idade Média. Uma com a qual temos maior familiaridade consiste em estudar o que entendemos como fatos da violência guerreira em um meio que se pressupõe ser uma sociedade guerreira, ou seja, onde a violência institui e promove a reprodução das formas políticas, econômicas e sociais. Outra maneira consiste em colocar em questão o lugar que lhe foi destinado como fator explicativo geral de primeiro plano e analisar os fatos de violência juntamente com o seu contexto, o que consiste fundamentalmente em valorizar na documentação as formas sob as quais são apresentados seus dados e o enredo em que estão inseridos.

¹³ Uma abordagem do problema das potências da história pode ser encontrada em Quentin DELUERMOZ e Pierre SINGARAVÉLOU, *Pour un histoire des possibles. Analyses contrefactuelles et futurs non advenus*, Paris: Le Seuil, 2016.

É preciso que se diga que essa segunda postura se apoia, ao menos em parte, no movimento metodológico mais vasto preocupado em reconsiderar a maneira como foram e têm sido abordados os documentos do passado.¹⁴ O resultado é que hoje editores e historiadores estão mais conscientes do valor intrínseco de cada artefato documental. Isso tem feito com que os documentos sejam olhados de outra maneira (a verdade humana do copista e o ambiente em que a cópia é produzida se tornaram tão ou mais importantes do que os fatos ligados à produção do documento original). Ao lado dessa leitura “individual” de cada documento temos a incidência de um fator ainda mais relevante sobre a leitura da violência: os historiadores têm se perguntado sobre os limites que as premissas da investigação impõem à percepção dos dados documentais. Nesse caso é posta em questão a própria ideia de que a Idade Média tenha sido uma “época de violência generalizada”.

O caso das armas é ilustrativo. Em uma sociedade que se pressupõe permanentemente envolvida em enfrentamentos bélicos, as armas recebem menos atenção do que seria de se supor. A iconografia até o século XI testemunha armamentos pouco desenvolvidos. Há cenas em que a insinuação de conflito é evidente, onde grupos de guerreiros a cavalo, armados com lança e espada se aglomeram avançando em uma mesma direção. Neles, no entanto, alguns portam uma cota de malhas curta e outros sequer dispõem desse recurso.¹⁵ Essa diferença, além de indicar desnível de fortunas entre os guerreiros pode apontar para o fato de que o armamento é mais evocativo do que ostensivamente utilitário. Essa perspectiva ganha força se lembrarmos que o destino da espada é semelhante: sempre presente, mas utilizada, sobretudo, em cerimônias de transmissão de poder e gesto de mando. Vemo-la hoje mais como símbolo de poder – um poder evidentemente associado à autoridade para realizar a violência – e de sua transmissão por via legítima e pública. No combate, a espada é superada pela lança usada na forma de dardo, ou seja, em uma

¹⁴ Foram postas em causa, por um lado, as edições de documentos medievais que surgiram na modernidade, comprometidas com interesses alheios aos imperativos do conhecimento histórico – por exemplo, a valorização de um grupo de textos e autores eclesiásticos segundo interesses da Igreja pós-medieval - e nem sempre preocupadas em dialogar com uma tradição manuscrita; e por outro, as coleções elaboradas no século XIX que por meio da intenção de resgatar um hipotético texto original (*Urtext*) acabaram por criar textos novos que não correspondiam em nada aos que os antecederam. Sem contar os problemas gerados pelo trabalho solitário tais como troca ou omissão de vocábulos.

¹⁵ Veja-se a título de exemplo as considerações de Florian MAZEL, *Féodalités*, Paris: Belin, 2010, p.176.

espécie de combate à distância. Esses exemplos fazem pensar que a aristocracia medieval é um grupo social armado para o qual os perigos dos combates não despertam o pavor que poderíamos supor por três razões. Em primeiro lugar porque a violência extrema é evitada. Em segundo lugar porque os combates não eram o resultado necessário nem desejável da tensão entre grupos armados. Em terceiro lugar porque o combate era apenas parte de um conjunto de estratégias em situações de conflito.

As pesquisas que colocaram em questão a violência generalizada durante a Idade Média começaram a aparecer no final dos anos 1970¹⁶ e deram lugar a uma onda de esforços de reconsideração dos testemunhos que haviam servido de base para as teses da violência generalizada, do ocaso das formas de poder público e da inexistência de instrumentos normativos fora dos períodos e regiões submetidos à esfera de poder do Império Carolíngio. O resultado dessas investidas foi uma leitura mais criteriosa dos textos que permitiu identificar que diferentes gêneros narrativos impunham tratamentos diferentes a uma mesma matéria.¹⁷ Outra descoberta foi que as descrições de gestos de violência nem sempre eram firme indício da realização de atos cruentosos. Sendo muitas vezes parte de uma encenação que dava lugar a estratégias de negociação da paz. Assim, os gestos de violência preparavam a resolução do conflito.¹⁸ Havia, portanto, uma normatização de fato dos conflitos que era contrária à lógica da guerra total ou da privatização do poder a partir do monopólio da violência.

Depois de mais de três décadas de pesquisas que, direta ou indiretamente, colocaram em questão a forma como tem sido encarada a violência na Idade Média observamos reações significativas a elas. Esse

¹⁶ Stephen D. WHITE, *Pactum... Legem Vincit et Amor Judicium. The Settlement of Disputes by Compromise in Eleventh-Century Western-France*, in: *American Journal of Legal History*, 22 (1978), p. 281-308; Patrick GEARY, *Vivre en conflit dans une France sans État: Typologie des mécanismes de règlement des conflits (1050-1200)*, in: *Annales ESC* (1986), p. 1107-1133.

¹⁷ A obra de Dominique Barthélemy acompanha e de certa forma encerra, a atual fase desse debate. Alguns exemplos: Dominique BARTHÉLEMY, *A Cavalaria. Da Germânia antiga à França do século XII*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010; idem, *La vengeance, le jugement et le compromis. Actes des congrès de la Société de historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 31e congrès, Angers, p. 11-20, 2000*; idem, *La mutation de l'an mil, a-t-elle eu lieu? Servage et chevalerie dans la France des Xe et XIe siècles*. Paris: Fayard, 1997; idem, *L'an mil et la paix de Dieu: la France chrétienne et féodale, 980-1060*. Paris: Fayard, 1999.

¹⁸ Bruno LEMESLE, *Conflits et justice au Moyen âge: normes, loi et résolution des conflits en Anjou aux XIe et XIIIe siècles*. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

refluxo parece estar de alguma maneira, relacionado aos desafios em que a segurança da Europa e dos EUA se vê envolvida atualmente devido ao terrorismo. Tornou-se fácil nos defrontarmos com críticas a qualquer ideia que pareça fazer concessão à tolerância, como se necessariamente representasse uma espécie de capitulação cultural suicida. Portanto, temos, de um lado, a pressão de um pudor motivado pela percepção de ameaças que se protesta, demandam uso da força por poderes fortes. Por outro lado, há a forma de se pensar a Idade Média que vigora desde o momento capital em que, no século XIX, a história começa a fazer parte de um sistema de educação básica universal. O problema da violência medieval, assim, dialoga com forças poderosas instaladas tanto na cultura acadêmica quanto na cultura comum.

No entanto, insisto que o que se encontra em questão não é o elogio de uma Idade Média pacífica, mas é o lugar dado pela historiografia à violência na configuração da sociedade ou das sociedades medievais. E, se seu lugar não for isoladamente decisivo, como se pensa normalmente, que retrato dessa sociedade pode ser produzido? Os documentos a partir dos quais é feito o questionamento do lugar da violência na constituição das sociedades medievais são os mesmos por meio dos quais ela foi afirmada. O que mudou foi a vontade de considerar aspectos negligenciados dos mesmos. Por certo período aumentou nossa vontade de valorizar os instrumentos de negociação, pacto e cooperação mesmo que camuflados pela máscara da ferocidade.

III.

Discutir a violência medieval também afeta dois paradigmas prestigiosos: o da Idade Média bárbara e aquele da Idade Média feudal. Nos dois casos temos uma Idade Média irracional, movida por imperativos básicos de sobrevivência que, sem o amparo de formas políticas complexas (não egocêntricas) resultam em competição permanente. Representação de uma sociedade arrastada pelas forças da violência guerreira e constituída sob seu peso. As tensões entre os detentores dos meios de violência, na ausência de instrumentos que disciplinassem os interesses pessoais, ameaçam perpetuamente a sociedade de dissolução. De modo geral essa é uma Idade Média com dois compromissos fundamentais: por um lado evocar a superioridade e excelência do mundo moderno constituído à sombra do Estado que monopoliza a violência e, por outro, em uma vertente romântica, a valorização das “potências espirituais” que delimitam o estado-nação moderno. A partir da segunda

metade do século XX, algumas correntes de estudos bastante influentes passaram a valorizar outro paradigma, o da Idade Média europeia. Fundamentados em estudos culturais, procuraram contornar a ideia de uma Europa definida primeiramente pela fé cristã, pensando em uma Europa cultural resultante da própria miscigenação do cristianismo com uma cultura popular de estruturas comuns (campesina, oral, afetiva, mística, ou seja, “irracional”). Se essas correntes colocaram problemas que mudaram nossa forma de ver a Idade Média, elas não fizeram a crítica dos pressupostos anteriores, prosseguindo na afirmação da violência como fator central para o entendimento dos arranjos que organizavam a sociedade.

Esse quadro geral foi questionado por diferentes estudos. Podemos mencionar algumas colaborações desse tipo cujos resultados convergiram para uma reconsideração do problema da violência na Idade Média. Estudos que procuraram discutir e comprovar a existência de certa noção de bem comum e de instituições públicas eficazes - muito embora essa eficácia não possa ser avaliada segundo critérios contemporâneos. Nesse sentido vimos florescer nos últimos anos uma história das normas, da justiça e, menos evidente, das ações de governo. Merece destaque também, uma história da diplomacia, que põe em relevo formas não beligerantes de estabelecimento da paz e revela a multiplicidade de seus atores.¹⁹

A Idade Média das guerras vai se mostrando cada vez mais aquela da exibição de possibilidade de realização da violência para o constrangimento a uma melhor posição nas negociações de paz. Onde víamos batalhas hoje somos capazes de ver cercos que terminam, sem

¹⁹ É o que temos no estudo de Bruno DUMÉZIL, *As correspondências diplomáticas: outra visão da violência pública nos reinos bárbaros*, in: *Signum*, 17 (2016), p.36-59 que trata do período pré-carolíngio, portanto de um contexto visto como tão ou mais conturbado que aquele da sociedade dita feudal. As embaixadas de que trata o texto “colocam em evidência uma comunicação estendida que, primeiramente dirigida ao rei, não se esgota nele, visando também a membros de sua família, da administração e da nobreza. Olhando para o grupo complexo e bem preparado que acompanha as cartas o autor dá destaque a uma situação em que o poder real é exercido com significativa soberania. Nesses momentos em que é decidida a paz e também a guerra, a glória militar ocupa o plano mais modesto do discurso. As embaixadas aparecem resultando de um conhecimento mútuo prévio detalhado, evidenciando mais esforços para o estabelecimento de relações eficazes ao entendimento mútuo do que uma prática política personalista, intransigente e belicista. O texto coloca assim em questão a própria maneira como concebemos o lugar da guerra nas estratégias de poder”, Néri de Barros ALMEIDA, *Apresentação*, in: *idem*, p.2-3.

sangue, em alianças duradouras ou fugas estratégicas. Também vemos o conflito convenientemente deslocado do campo de batalha para o átrio das igrejas onde santos são chamados a impor sua vontade favorecendo uma paz sem humilhados. Se essa perspectiva não retira de forma alguma a violência de nosso horizonte, ela muda a ideia de uma Idade Média, em que o poder impera por meios cruentos.

A ideia de que na Idade Média toda a dominação social decorre da necessidade de proteção de dependentes por um senhor que vive em faidas constantes com outros que procuram lhe subtrair a terra e, portanto, os bens aí produzidos, se choca com um quadro novo em que a violência entre senhores e destes em relação ao campesinato são menos essenciais. Com o apoio da arqueologia, sabe-se hoje que a produção e o enquadramento social se davam no âmbito das comunidades aldeãs. Pensa-se que seja nas relações internas à comunidade aldeã e entre esta e a igreja local que se produz a estabilidade da ligação à terra.²⁰

Mais especificamente esses estudos atingem dois paradigmas duradouros constitutivos da própria ideia de feudalismo ou feudalidade, as ideias de cavalaria e de Paz de Deus. A arqueologia ajudou os historiadores a terem ideia da multiplicidade de formas e funções das casas senhoriais explicando inclusive a falta de unidade terminológica já que o termo castelo sequer existe na Idade Média e muitos dos artefatos que receberam modernamente este nome não foram edificações com função ofensiva ou defensiva como acontece em Caen e Vincennes, por exemplo. As casas senhoriais eram espaço de residência de um grupo social privilegiado, local fortificado, centro de gestão econômica, mas, sobretudo polo de exercício do poder público.²¹

No entanto há a multiplicação das torres entre os séculos X e XI fato interpretado como a prova de emergência de uma nova classe guerreira que, surgida das franjas inferiores da aristocracia, escapava, nesse momento, ao poder dos grandes senhores. A ideia da cavalaria emergindo como uma nova classe nos arredores do ano mil perde força na medida em que se passou a perguntar se essas torres de fato

²⁰ Alain GUERREAU, *O feudalismo, um horizonte teórico*, Lisboa: Edições 70, 1981 e Joseph MORSEL, *L'Aristocratie médiévale, Ve-XVe siècle*, Paris: Armand Colin, 2004.

²¹ Joëlle BURNOUF, *Archéologie médiévale en France. Le Second Moyen Age*, Paris: La Découverte, 2008; Joëlle BURNOUF, D. ARRIBET-DEROUIN, B. DESACHY e F. JOURNOT, *Manuel d'archéologie medieval et modern*, Paris: Armand Colin, 2012; I. CATTEDU, *Archéologie médiévale en France. Le Premier Moyen Age*, Paris: La Découverte, 2009.

testemunhavam fuga à autoridade dos grandes senhores. Na verdade é possível que elas testemunhem apenas que as torres são importantes para a defesa ou para a administração, mas não é evidente que escapassem à autoridade dos grandes. Da mesma forma, também não é certo que a cavalaria então estivesse constituída como uma classe, permanecendo, sobretudo, como uma função.

A Paz de Deus é outro tema fundamental da discussão uma vez que foi descrita como a reação da Igreja ao aumento da violência dessa nova classe, tornando-se peça importante para a compreensão do feudalismo. No entanto, novas perspectivas desse acontecimento se impuseram. A Paz de Deus é compreendida pela aproximação de dois testemunhos fundamentais: os registros relativos à assembleias e concílios de paz e as cartas de igrejas e mosteiros, expressando seu repúdio à ação de ladrões que invadem, pilham e roubam bens. Tais reclames foram entendidos como testemunho da emergência de uma classe violenta em busca de fortuna. Em primeiro lugar passou-se a perguntar se os registros de denúncias da Igreja estavam de fato restritos à virada do Ano Mil e chegou-se a conclusão de que não. Em segundo lugar, valorizou-se o fato de que as denúncias da Igreja se voltavam, sobretudo, para a defesa de seus próprios bens e de seus dependentes.²²

Desde o século IX a Igreja conheceu uma série de alterações em seus regimes litúrgicos e sacramentais. Um desses movimentos passou a estabelecer por meio de ritos de consagração de igrejas, cemitérios e das terras que os circundavam²³ um estatuto diferenciado para os bens

²² Uma síntese dessa discussão é apresentada por Jean, FLORI, Guerra santa. Formação da ideia de cruzada no Ocidente cristão. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

²³ Lester K. LITTLE, La morphologie des maledictions monastiques, in: Annales ESC, 34 (1979), p.43-60; Barbara ROSENWEIN, *To Be the Neighbor of St. Peter: The Social Meaning of Cluny's Property, 909-1049*. Ithaca: Cornell University Press, 1989; Michel LAUWERS, Naissance du cimetière: lieux sacré et terre des morts dans l'Occident medieval. Paris: Aubier, 2005; Idem, Paroisse, paroissiens et territoire. Remarques sur *parochia* dans les textes latins du Moyen Âge. in: Iogna-Prat, D. et Zadora-Rio, E., (dir.) Médiévales, n° 49 (*Formation et transformations des territoires paroissiaux*), 2005, p. 11-32.; Dominique IOGNA-PRAT, La Maison Dieu. Une histoire monumentale de l'Église au Moyen Âge (v. 800-v.1200). Paris: Seuil, 2006 e Cité de Dieu, Cité des Hommes. Paris: PUF, 2016; Florian MAZEL, L'évêque et le territoire. L'invention médiévale de l'espace. Paris: Seuil, 2016; De la cité au diocèse. Eglise pouvoir et territoire dans l'occident médiéval. Ve-XIIIe siècle, Rennes: HDR, 2009 e idem, L'espace du diocèse: Genèse d'un territoire dans l'Occident médiéval (Ve-XIIIe siècle). Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008.

eclesiásticos. Um dos resultados mais importantes dessas consagrações foi limitar ao campo estritamente simbólico a ligação desses bens com seus doadores. Acredita-se hoje que as denúncias não atestam necessariamente o aumento da violência, mas a resposta da Igreja àqueles que insistiam em agir segundo antigas práticas de partilha de direitos sobre esses bens resistindo à alteração de seu estatuto efetuada pela consagração. O afastamento, por meio da consagração, entre o que é “religioso” e o que não é consiste em um dos lances do processo que se convencionou recentemente, de forma mais ou menos espontânea, identificar lançando mão das expressões “reforma gregoriana” e “reforma da Igreja”. Opção feita com a intenção de indicar o protagonismo de iniciativas diversas da Igreja no contexto “feudal”. O que permite considerar outra feudalidade que se poderia assim chamar de gregoriana.

Enfim, a violência guerreira é importante? Sem dúvida, no entanto hoje, os historiadores se perguntam o quanto ela é decisiva na constituição da sociedade e das formas de poder medievais. O problema da violência coloca frente a frente, ideias diversas de Idade Média. Primeiramente uma Idade Média exótica em ruptura tanto com o mundo antigo quanto com a modernidade que tem a vantagem complementar de, ao deixar-se moldar como avesso da modernidade, permitir seu elogio. Em segundo lugar, uma Idade Média em que a violência desempenha papel hegemônico promovendo a substituição de um mundo caduco pela hegemonia de novas energias. Por fim, a afirmação de uma civilização do Ocidente Medieval que, ao incorporar o elemento irracional não colocou em questão a violência que ele afirmava. Há trinta anos uma nova geração de historiadores, pela releitura dos mesmos documentos e com o apoio da arqueologia, da antropologia e da iconografia tem reconsiderado os paradigmas herdados. Se os ancestrais escreveram suas análises históricas com o coração colocado nas ideias de nação, primeiramente e, depois de Europa, a nova geração repensa o próprio quadro que pode ser chamado de Idade Média.

Final

O contexto que vivemos aponta para a possibilidade de grandes conflitos. Possuímos os meios materiais, morais e ideológicos para extermínios testemunhados à distância. Lembremos o absurdo da concentração financeira e a tragédia que se esconde sob seu fascínio, o matiz religioso impresso sobre os conflitos do mundo globalizado, o

impacto do aquecimento global sobre o regime de populações, o desaparecimento praticamente certo de áreas costeiras e insulares, as alterações das correntes marítimas e massas de ar e a desertificação progressiva das terras férteis, em que se conta parte substancial do subtropical brasileiro. A perda da biodiversidade... capital em que poderíamos apostar para uma recuperação do mundo natural já que a tecnologia não tem como lidar com aquilo que desconhecemos. E em meio a tudo isso não há porque confiar de antemão na empatia humana, na capacidade construtiva da técnica e na vontade do poder mundial hegemônico de responder a crises que não são de ordem bélica, sem gestos de belicismo inócuo ou mesmo, genocida. A sociedade, por fim, mostra-se desmunida dos instrumentos morais e políticos necessários para enfrentar os desafios que se apresentam e, a cada dia, vemos desfeitas as bases para uma cooperação solidária.

A história por sua vez tem dificuldades para lidar com aquilo que produz esperança em especial para descrever o que está além do conflito. Vivemos em um mundo superpovoado, assediado por disputas por recursos e pela depredação do meio ambiente que resultam em uma situação permanente e, potencialmente crescente de guerras, fomes e deslocamentos humanos, que apontam para um futuro catastrófico. Estamos preparados para lidar com esses problemas sem o recurso à violência? Estamos investidos da consciência adequada para exigir que a violência não seja a resposta? Em particular, como historiadores, a história dá conta da dimensão pacífica das situações? Ou seja, a história, como uma tradição construída em torno da noção de conflito, tem as habilidades – e mais importante, transmite àqueles que a aprendem – as habilidades de buscar, reconhecer e apontar para o potencial representado por aquilo que não é conflito? Precisamos estar preparados para mobilizar as potências não violentas da cultura e para protegê-las. Vimos nos últimos dois anos como o medo gerado pelos sucessivos ataques terroristas na França e a crise migratória decorrente da guerra na Síria provocaram significativo desgaste no consenso em torno do valor dos direitos humanos. Situação que certamente favoreceu o aumento da representação de partidos de extrema direita em governos de diferentes partes do mundo.

A memória a respeito da Idade Média é em si mesma um fato. O epíteto Idade das Trevas, ainda popular, embora não revele a natureza do período conforme os historiadores costuma vê-lo hoje, põe à nu a função da Idade Média dentro da tradição de escrita histórica: campo obscuro, receptivo a diferentes conteúdos. O problema da violência nos orienta na

direção dessa função da Idade Média, pois colocar em xeque as ideias de Idade Média afeta a compreensão dos períodos contíguos.

A Idade Média certamente não tem resposta para os problemas contemporâneos, mas questionar a violência como fator explicativo isolado do período representa um golpe na imaginação histórica hegemônica. Há muitos objetos que permitem que o historiador experimente um estado de maravilhamento com o passado. No entanto, há objetos que – sem deixar de oferecer o prazer da reflexão documentada – exigem que a imaginação esteja colocada em um lugar mais comprometedor. O estudo da violência é um desses objetos.

Não se é historiador sem um compromisso e nisso residem o valor e a efemeridade de nosso ofício. A história da história da violência na Idade Média não dialoga diretamente com a história da violência contemporânea, mas coloca o problema da nossa capacidade para pensar a experiência em que estamos mergulhados lançando mão de critérios múltiplos bem como coloca em cheque procedimentos que modularam nossa sensibilidade, nossa capacidade de mobilizar a análise histórica para além da aposta na solução violenta.

Enfim, questionar a violência medieval significa inquirir conjuntos interpretativos consagrados tanto na escrita quanto na memória histórica. A mudança do paradigma da Idade Média violenta nos permite colocar em questão o uso de nossa sensibilidade histórica em situações de conflito.

Gostaria de encerrar este texto com uma pergunta. Por muito tempo a violência medieval foi vista como resultado da ausência de um Estado atuante e forte. Hoje, nos deparando com os dados marginalizados pelas análises ancestrais, nos parece que deles brota menos sangue e mais instrumentos de normatização da violência e construção da paz. Diante desse cenário seria possível afirmar que o dado decisivo na prática medieval da violência não é a presença ou a ausência do Estado, mas a maneira como a sociedade se encarrega de preservar os mecanismos de recomposição da paz?

A Idade Média que habita a imaginação histórica corrente decorre de interpretações construídas sob a influência de dois contextos precisos. Por um lado, o Iluminismo e a Revolução Francesa e o uso que fizeram da Idade Média para contestar os privilégios nobiliárquicos. Criou-se assim uma Idade Média para testemunho do desligamento entre a nobreza e o restante da sociedade. No século seguinte, por outro lado, os esforços

para o estabelecimento de regimes estáveis favoreceram o elogio do Estado pelo viés da ordem e da estabilidade social, expressa notadamente por meio do monopólio da violência. O foco se deslocará então para outro aspecto do quadro estabelecido anteriormente e as atenções recairão sobre o perigo de dissolução da sociedade face à ausência de poderes centrais encarregados do controle da violência e da condução de um projeto político. Nos dois contextos, o estabelecimento e manutenção da ordem se tornam imperativos maiores do que a democracia. Parece lógico que o Estado tenha se tornado, nos questionamentos apresentados pelos historiadores ao passado, um protagonista maior do que a sociedade.

Por um curto espaço de tempo, os regimes democráticos se viram fortalecidos na segunda metade do século XX. Isso se deu com inegáveis imperfeições situadas no coração mesmo da ideia de democracia, ou seja, no campo da efetiva participação e representatividade popular e do respeito aos interesses e necessidades da maioria e à atenção a suas diversidades. Hoje, de modo geral, observamos o aumento da distância entre estado e sociedade e a uma vontade cada vez mais debilitada de proteção da democracia, sem que tenhamos expectativa de que a ela sejam justapostas formas novas, que fujam da conhecida solução autoritária.

Que Idade Média emergirá das experiências herdadas do século XX? No que se refere à violência, acredito que os contrastes entre presente e passado ficarão mais evidentes e que, no que se refere à maneira de resolução dos conflitos, ficará mais claro o quanto o século XX se tornou, em relação aos séculos imediatamente anteriores, intransigente em relação à violência bélica e de como nele perdeu-se uma oportunidade de fortalecimento da democracia por meio da valorização da sociedade. A reavaliação da história da violência na Idade Média passa no momento por um arrefecimento provocado em boa medida pela denúncia de um pretense irenismo. Talvez seja preciso procurar no presente, mais do que no passado dos documentos, a razão dessa crítica. A retomada dos dossiês documentais com o objetivo de reconsiderar a história da violência na Idade Média não nega sua existência, mas no que se refere à violência bélica permite verificar que sociedades onde distâncias sociais são menores permitem uma normatização mais eficaz e – tanto do ponto de vista da vigilância quanto de sua autoridade social –, capaz de sustentar negociações onde a guerra sempre é levada a confrontar-se com a paz.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paula Pereira Gonçalves; SERRA, Victor Siqueira. "Mulher dos irmão": Breves reflexões sobre mulheres no tráfico de drogas em São Paulo. In: CARVALHO, Érika Mendes de; ÁVILA, Gustavo Noronha de (Org.). **10 anos da lei de drogas: Aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais**. Belo Horizonte: Editora D'plácido, 2016. p. 263-279.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. **Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. 284 p.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. **Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

BARBIERI, Teresita de. Sobre la categoria genero. Una introduccion teorico-metodologica. **Debates em Sociología**, n. 18, 1993.

BARCINSKI, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.1843-1853, 2009.

BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. **Contextos Clínicos**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 52-61, 2012.

BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina D. Mulheres no tráfico de drogas: retratos da vitimização e do protagonismo feminino. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 59-70, jan./mar. 2016. [Dossiê Mulheres e Violência].

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. INFOPEN - **Levantamento nacional de informações penitenciárias**. Brasília, vários anos. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias1>

BRASIL. **Lei Nº 11.343**, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006.

CAMACHO, Álvaro; GUZMÁN, Álvaro. La violencia urbana en Colombia: teorías, modalidades, perspectivas. In: RAMÍREZ, Maria C.; CAMACHO, Álvaro; GÚZMAN, Álvaro (eds.). **Nuevas visiones sobre la violencia en Colombia**. Santa Fé de Bogotá: Fundación Friedrich Ebert de Colombia – FESCOL; Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales/Tercer Mundo Ed., 1997.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima. Teorias feministas: da questão da mulher ao enfoque de gênero. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 8, n. 24, p. 738-757, dez. 2009.

EGMOND, Florike. Between Town and Contryside: Organized Crime in the Dutch Republic. In: JOHNSON, Eric A.; MONKKONEN, Eric H. **The Civilization of Crime: violence in Town & Country since the Middle Ages**. University of Illinois Press Urbana and Chicago, 1996. p. 138-152.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: mulheres e relações violentas. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 23, p. 163-175, março de 1989.

JOHNSON, Eric A.; MONKKONEN, Eric H. **The Civilization of Crime: violence in Town & Country since the Middle Ages**. University of Illinois Press Urbana and Chicago, 1996.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan/abr. 2011.

RATTON, José L.; GALVÃO, Clarissa. Para além da maldade, da loucura e da vitimização: agência intencional e volição em crimes violentos praticados por mulheres. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 26-41, jan./mar. 2016 [Dossiê Mulheres e Violência].

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SPIERENBURG, Pieter. Long-term trends in Homicide: Theoretical Reflections and Dutch Evidence, Fifteenth to Twentieth Centuries. In: JOHNSON, Eric A.; MONKKONEN, Eric H. **The Civilization of Crime: violence in Town & Country since the Middle Ages**. University of Illinois Press Urbana and Chicago, 1996. p. 63-105.

STEFFENSMEIER, Darrel. **National Trends in Female Arrests, 1960-1990: Assessment and Recommendations for Research**. Journal of Quantitative Criminology, v. 8, n. 4, p. 411-441, december 1993.

STEFFENSMEIER, Darrel; ALAN, Emilie; STREIFEL, Cathy. Development and female crime: a cross-national test of alternative explanations. **Social forces**, v. 63, n. 1, p. 262-283, sept. 1989.

STEFFENSMEIER, Darrel; HAYNE, Dana L. The structural sources of urban female violence in United States: a macrosocial gender-disaggregated analysis of adult and juvenile homicide offending rates. **Homicide Studies**, v. 4, n. 2, p. 107-134, may 2000.

STEFFENSMEIER, Darrel; ALLAN, Emilie. Toward a gendered theory of female offending. In: CULLEN, Francis T.; AGNEW, Robert. **Criminological Theory: Past to Present** (Essential Readings). Third Edition. Los Angeles: Roxbury Publishing Co., 2006. p. 394-401.

SUNDIN, Jan. For God, State, and People: Crime and Local Justice in Preindustrial Sweden. In: JOHNSON, Eric A.; MONKKONEN, Eric H. **The Civilization of Crime: violence in Town & Country since the Middle Ages**. University of Illinois Press Urbana and Chicago. 1996. p. 165-197.

WALBY, Sylvia. **Theorizing Patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

WHITELEY, Kathryn Madonna. **Women as victims and offenders: incarcerated for murder in the Australian criminal justice system**. Queensland University of Technology, Brisbane, Austrália. 2012 (Unpublished doctoral dissertation).

ZALUAR, Alba. Mulher de bandido: crônica de uma cidade menos musical: crônica de uma cidade menos musical. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, 1999.